

Revista Lingüística. (2008). Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. v.4, n.2. Rio de Janeiro. ISSN 1.808.835-X

O volume 4, n.2, de dezembro de 2008, da revista Lingüística publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro é dedicado às línguas indígenas brasileiras. Tal dedicatória, conforme explicitado na *Apresentação* da mesma, se justifica em virtude do ano 2008 ter sido proclamado pelas Nações Unidas o *Ano Internacional das Línguas*. Nesse contexto, pretendeu-se neste número homenagear a “diversidade, vitalidade e riqueza das línguas nativas ainda faladas no Brasil” (p. 109). Para tal, o volume apresenta seis artigos cujos conteúdos abrangem descrição e análise de aspectos da fonologia e da morfossintaxe de distintas línguas indígenas brasileiras.

O primeiro artigo refere-se à “*Fonte de valoração do Caso Ergativo e do Caso Absolutivo em línguas indígenas brasileiras*”. Nele, Fábio Bonfim Duarte assume, baseado em propostas teóricas de Woolford (2007) e Otsuka (2006), dentre outros, que “Caso ergativo realizado por meio da posposição **te** em algumas línguas pertencentes ao tronco linguístico (Macro)-Jê equivale a Caso inerente” (p. 112). E Caso absolutivo pode, nessas mesmas línguas, corresponder a Caso nominativo. Para sustentar a referida hipótese, Duarte utiliza evidências das línguas Maxacali, Apinajé e Apãniekra. No caso da língua Maxacali há um aspecto relevante se comparada às demais línguas em questão, pois conforme salientado pelo autor, não se pode afirmar que em Maxacali haja uma relação sempre biunívoca e sistemática no que se refere à ocorrência de **te** como responsável pela realização do Caso ergativo e pela atribuição do papel temático [+AGENTE]; tal qual ocorre com Apinajé e Apãniekra. Nestas duas línguas, segundo o autor, [+AGENTE] e [+EXPERIENCIADOR] mantêm relação direta com os Casos ergativo e dativo.

Com análise das referidas línguas, Duarte aponta que “o Caso absolutivo do sujeito (S) de verbos intransitivos em línguas ergativas como o Maxacali equivale a Caso nominativo, o mesmo que é acionado em línguas nominativas” (p. 120). A partir dessa concepção, o autor trata de responder a duas questões específicas relacionadas a sistemas cindidos averiguados em línguas Tupi-Guarani: 1). Caso absolutivo, presente neste sistema, corresponde a Caso estrutural valorado pelo núcleo T^o¹ ou pelo núcleo v^o?² (p.121); 2). Em que medida o sistema cindido difere, por exemplo, dos sistemas nominativos e ergativos? (p.121).

¹ Para Raposo e Uriagereka (1996), T^o constitui-se a camada em que são especificados os traços de Caso nominativo e os traços *phi* (gênero, pessoa e número) de sujeito. Os traços de Caso nominativo e os traços *phi* teriam status [-interpretável] e, por isso, são apagados na Forma Lógica (FL). Em Chomsky (1995) a projeção T^o é apresentada como uma camada acima de vP; [TP[T]vP[v[VP[V]]]]].

² Considerando-se o trabalho de Hale e Kayser (1993) acerca de construções com duplo objeto, Chomsky (1995) assume uma estrutura sintática verbal para as línguas naturais composta por um núcleo v e por um núcleo V; logo, [v [v_{vp} V]]. Uma estrutura com essa configuração permite, segundo o autor, uniformidade à atribuição de papéis temáticos seja em sentenças com apenas um argumento interno, seja em sentenças com dois argumentos internos. Em termos mais específicos, a categoria v (sintaticamente mais alta na estrutura) atribui papel temático ao sujeito e a categoria V (sintaticamente mais baixa na estrutura) atribui papel temático ao objeto e ao PP.

Para responder às duas questões, Duarte utiliza dados do “dialeto Tembê-Tenetehára”. Como resultado de análise dos dados do referido dialeto, o autor propõe que “Caso absolutivo em Tenetehára é formalmente idêntico a Caso acusativo”. (p.129). Sugere, então, que em línguas com sistemas cindidos como o Tenetehára “v* poderá ser acionado em construções passivas e (in)acusativas sempre que o Caso nominativo não puder ser valorado pelo núcleo T^o, durante a computação sintática” (p. 129). Tais línguas apresentam, conforme a análise defendida pelo autor, comportamento distinto do que previsto em Chomsky (1999), para quem “verbos inacusativos são defectivos por não projetarem o nível vP” e “o núcleo V^o dos inacusativos não entra em operações de valoração de Caso/concordância nem possui traço-EPP³”.

Em “*Inserção tardia e subespecificação dos morfemas wa, te e ma em Xavante*”, Rosana Costa de Oliveira, à luz da Morfologia Distribuída, assume tais morfemas como itens sub-especificados no léxico Xavante, cuja função é marcar pessoa sujeito e tempo presente e/ou passado. Em termos mais precisos, conforme quadro apresentado pela autora (p. 139), o morfema **wa** marca 1^a pessoa e os tempos presente/passado; o morfema **te** marca 2^a / 3^a pessoas e o tempo presente; o morfema **ma** marca 2^a / 3^a pessoas e tempo passado.

No item em que faz as considerações introdutórias do trabalho, Oliveira, embora afirme que há pouca morfologia na estrutura da palavra verbal Xavante, indica que marcação de pessoa é realizada via prefixação verbal, bem como reflexividade e objeto. Este último, apenas nos casos em que não há realização de um item lexical para ocupar posição de objeto.

Após uma discussão acerca da função e da posição sintática que os morfemas **wa**, **te** e **ma** assumem no enunciado, Oliveira caracteriza a língua Xavante como um exemplo de língua *pro-drop* de sujeito. No caso dos morfemas pessoais de objeto, mostra-se que sua realização morfológica implica no apagamento do prefixo de sujeito nos casos em que este também é realizado via pronome; sendo uma exceção à regra os casos nos quais se tem 1^a pessoa do plural. Por outro lado, quando objeto é realizado via sintagma nominal pleno, tem-se que “não aparece nenhuma marcação que o correfereencie no verbo” (p. 146).

No item que trata dos morfemas de aspecto, Oliveira apresenta quatro morfemas específicos que desempenham tal função, a saber: **tô** – perfectivo; **te re** – imperfectivo de verbos ativos; **éré** – imperfectivo de verbos estativos e **dza** – futuro imperfectivo (p. 148).

Após descrição dos fenômenos relacionados a **wa**, **te**, **ma** – bem como dos morfemas de aspecto – a autora refere-se a esse conjunto de três morfemas como casos de ‘inserção tardia’ e de ‘sub-especificação’ em Xavante. ‘Inserção tardia’ porque os traços fonológicos são associados aos morfemas abstratos da sintaxe na morfologia. ‘Sub-especificação’ porque determinados morfemas podem especificar diferentes tempos verbais e /ou pessoas.

Luciana Dourado, baseada em Comrie (1989), analisa as construções causativas em Panará como bi-oracionais e as caracteriza como causativas sintáticas. No artigo intitulado “*Construções causativas em Panará*”, a autora apresenta três verbos específicos que podem exprimir causativização. Sintaticamente transitivos, esses verbos podem aceitar como complemento tanto orações transitivas quanto orações intransitivas. Nesse sentido, pode-se ter em Panará causativas com verbos intransitivos nos quais: (i) o *causee* é realizado

³ O traço EPP (Princípio de Projeção Extendida) proposto inicialmente em Chomsky (1982) pressupõe que toda sentença deve ter sujeito. Nesses termos, as propriedades que definem a marcação temática de cada item lexical da sentença devem ser representadas em cada nível sintático.

como objeto direto da oração matriz ou (ii) como objeto indireto. Nos casos em que se têm causativas com verbos transitivos, Dourado elenca as três seguintes possibilidades: (i) oração matriz com dois objetos diretos; (ii) *causee* oblíquo da oração matriz e objeto direto da oração encaixada também como objeto direto da oração matriz e (iii) *causee* objeto direto da oração matriz e objeto direto da oração encaixada como complemento oblíquo da oração matriz. Ao final da análise, Dourado aponta as construções causativas em Panará como casos de sentenças complexas.

“*Case Marking in Waimiri Atroari: Typical Nominative/Accusative or Nominative with some Inverse/Split –S Features (Cariban Language)*”, de Ana Carla Bruno, busca responder ao fato de comportar-se esta língua de maneira similar ao que acontece em outras línguas Caribe no que se refere ao sistema split-S⁴ tratado por Gildea (1998, 2007); ou se, por outro lado, Waimiri Atroari apresenta um sistema tipicamente nominativo/acusativo. Tendo como direcionamento esse questionamento, encontram-se 3 tabelas na primeira seção do artigo, nas quais constam, respectivamente, informações acerca da estrutura verbal Waimiri Atroari; dos prefixos verbais (marca de pessoa) relativos a sujeito de verbos transitivos e intransitivos, a objetos e a possessivos; dos pronomes livres.

A partir do exposto nas três tabelas, a autora aponta que: (i) na língua em análise os afixos se distinguem dos clíticos por ‘funcionarem’ como argumentos; (ii) os prefixos que marcam sujeito são bastante similares entre si; (iii) os prefixos que marcam objeto são diferentes do conjunto de prefixos que marcam sujeito de sentenças intransitivas, mas muito similares aos prefixos possessivos; (iv) há uma hierarquia entre os prefixos que marcam A e O, em que 1^a, 2^a e 1^a dual (1+2) são mais altas que terceira pessoa. A partir dessa hierarquia, a autora apresenta inúmeras possibilidades de emprego desses prefixos.

Utilizando-se de uma classificação proposta por Gildea (1998) para a família Caribe, Ana Carla Bruno apresenta a língua Waimiri Atroari como um exemplar do Sistema 1 (Set I System (inverse/split-S)). Como tal, a autora observa algumas características tipológicas comuns às línguas Caribe do referido sistema. Em seguida, faz referência ao sistema inverso tratado em Gildea (1998, *apud* Klaiman 1992) a partir de dados do Waimiri Atroari.

Em seção intitulada *Inverse/Split – S Features*⁵, a autora afirma, a partir do comportamento de S_a e S_o apontado por Meira (2000), que o comportamento tipológico das línguas que constituem o Sistema 1 parece não adequado aos fatos da língua em questão. Em seu lugar, a autora refere-se ao trabalho de Dixon (1979) como mais adequado para explicar as ocorrências da língua Waimiri Atroari. Nesse sentido, Bruno apresenta uma tabela ilustrativa (p. 179) contendo exemplos com os dois padrões de intransitivos.

A distinção entre afixos e clíticos é possível em Waimiri Atroari pelo fato de que estes funcionam como argumentos. No caso da distinção entre prefixos pronominais e clíticos, utiliza-se como critério a ocorrência do prefixo relacional *i-*. Conforme Bruno, “since personal prefixes and the relational prefix cannot co-occur, the presence or absence of a relational prefix would provide a straightforward criterion to determine whether a given pronominal morpheme preceding a noun or a verb stem is a prefix or a clitic” (p. 177)⁶.

⁴ Cisão de S (Sujeito de construções com verbos intransitivos).

⁵ Sistema inverso / Cisão dos traços de S. Tradução livre.

⁶ Uma vez que prefixos pessoais e prefixos relacionais não podem coocorrer, a presença ou a ausência do prefixo relacional pode ser utilizada como critério para determinar se um morfema pronominal em posição anterior a uma raiz nominal ou a uma raiz verbal é um prefixo ou um clítico (Tradução livre).

Nas últimas três seções do artigo, Bruno refere-se, respectivamente, a construções ditransitivas, a partícula de agentividade e a morfemas valorativo e devalorativo. No caso das construções ditransitivas, a questão norteadora da seção é saber se o constituinte que contém um recipiente (dativo) pode ter status de argumento ou se realmente se trata de adjunto. Para a discussão, a autora apresenta um conjunto de sentenças nas quais se podem constatar diferentes hierarquias de pessoa. A partícula de agentividade **ia** que indica o participante/argumento que desencadeia a ação da sentença em Waimiri Atroari é analisada em contraponto com **ya** (ergativo) das línguas Makuxi e Kapón. Os morfemas valorativo **-e'me** e devalorativo **-eme** – possíveis de ocorrer com A, S e O – embora suscitem na autora algum questionamento a respeito da possibilidade de tratá-los como marcas semânticas de caso que ocorrem com o nome, não o são assim considerados por dois motivos, discutidos na parte final do artigo.

No artigo “*A dupla oposição nome/verbo e argumento/predicado em Tapirapé*”, Walkíria Neiva Praça mostra que o critério sintático que considera nome como a classe que desempenha função de argumento e verbo como a classe que desempenha função de predicado não é suficiente para delimitar uma distinção entre nome e verbo em Tapirapé (e em outras línguas Tupi-Guarani). Por outro lado, a autora argumenta em favor de que critérios morfológicos podem ser utilizados para a identificação de nome e de verbo como duas classes lexicais distintas. Em termos mais específicos, a autora utiliza os sufixos **{-kwer}** (e alomorfes) – passado nominal; **{-rym}** – futuro nominal; **{-ryn}** – similaridade e **{-ymyn}** – velho, como específicos do conjunto lexical identificado como nome.

Os verbos, por sua vez, conforme Praça, diferenciam-se dos nomes por poder receber o sufixo nominalizador **{-(t)ãw}** – nominalização de processo/instrumento. Além disso, um outro critério utilizado pela autora como capaz de distinguir as duas classes lexicais em questão é a ocorrência das formas imperativo **{e-/2SG}** e **{pe-/2PL}**, comum à classe dos verbos.

Em uma seção anterior à ilustração dos critérios morfológicos distintivos entre nome e verbo em Tapirapé, Praça – baseada em: (i) “*a priori* em Tapirapé qualquer item lexical que possa ser identificado como nome [...] pode instituir núcleo de predicado” (p. 194); (ii) com o acréscimo do ‘referenciante’ **{-a/ø}**, este mesmo “nome pode servir de argumento” (p. 194) e (iii) “ao receberem o morfema **{-a}**, os temas identificados com características semânticas prototípicas de verbos funcionam como argumento” (p. 195) – assume que em Tapirapé itens de classe aberta tem caráter predicativo / são inerentemente predicados.

No último artigo deste número da Revista Lingüística, Glauber Romling da Silva e Bruna Franchetto em “*Fonologia da língua parsi-haliti: descrição e análise*” apresentam um quadro de 26 fones consonantais e um quadro de 22 fones vocálicos. Após contraste entre pares mínimos/análogos, os autores apresentam um quadro com os 15 fonemas consonantais e um quadro com os 04 fonemas vocálicos da língua Parsi-Haliti. A apresentação dos quadros de consoantes e vogais constitui-se apenas a primeira parte do trabalho; ocasião em que os autores mostram, também, algumas restrições morfofonológicas peculiares às consoantes e às vogais.

A segunda parte do trabalho constitui-se de análise dos fenômenos de palatalização e coronalização. Para isso, diferentemente do referencial adotado na primeira parte – basicamente técnicas que consideram o modelo ‘item e arranjo’ de Pike (1947) – os autores utilizam o modelo ‘autossegmental’ de Clements e Hume (1995).

São apresentadas inicialmente as matrizes de traços referentes à palatalização e à coronalização na língua Enawenê-Nawê e à palatalização na língua Wapixana. O condicionamento para a ocorrência das referidas mudanças atestado em Enawenê-Nawê e Wapixana também se aplica aos casos em Paresi. Segundo Silva e Franchetto, os processos de palatalização e coronalização ocorrem condicionados a ambiente em que o núcleo silábico apresenta traços [coronal, -anterior]. Nesse contexto, distinguem dois conjuntos de segmentos alvos; sendo que um conjunto se constitui como processo fonológico e um outro conjunto como processo morfofonológico. Considerando-se o domínio silábico, tem-se que a palatalização ocorre de uma sílaba para outra, ao passo que a coronalização se constitui no mesmo domínio silábico.

O primeiro ponto a observar – após a contribuição de cada um dos autores para este número da Revista Lingüística para melhor conhecimento teórico/tipológico das Línguas Indígenas Brasileiras (LIBs) – e digno de elogio, é a diversidade de abordagens teóricas presentes. Bruna Franchetto, ao apresentar a revista faz referência à presença de distintos quadros teóricos ao longo dos artigos. A pluralidade teórica em questão constitui-se, no meu ponto de vista, um grande avanço acadêmico, já que se observa, frequentemente, uma preferência nacional por modelos menos formalistas no trabalho com LIBs. Ao considerar como tal a postura da Revista Lingüística não advogo em defesa de quadros teóricos em si, mas da possibilidade da utilização de diferentes conhecimentos linguísticos em favor dos estudos das LIBs. Como se pode constatar ao longo dos artigos cuja orientação teórica enquadra-se em abordagens mais formais (veja-se, por exemplo, os artigos de Duarte (p.111-135); Silva e Franchetto (p.209-236), embasados respectivamente em concepções do Programa Minimalista e da Fonologia Autossegmental), não há a necessidade de tratar a teoria isoladamente como auto-suficiente, argumento que muitos estudiosos de LIBs utilizam em congressos nacionais para ‘negar’ a validade/aplicabilidade das mesmas. Ao contrário, igualmente se pode conhecer muito destas línguas tomando-se como aporte teórico modelos mais formais. O segundo ponto positivo deste número da revista refere-se justamente à diversidade e abundância de dados presentes em cada um dos artigos, o que possibilita aos interessados uma ótima ilustração de aspectos particulares a cada uma das línguas em análise.

REFERÊNCIAS

- CHOMSKY, N. (1982). *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*. Cambridge, MA: MIT Press.
- _____.(1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press.
- _____.(1999). *Derivation by phase*. Cambridge, MA: MIT Press. (MIT Occasional Papers).
- CLEMENTS, G. N.; HUME, Elizabeth V. (1995). The Internal Organization of Speech Sounds. In John Goldsmith (ed.). *The Handbook of Phonological Theory*, pp. 245-306.Oxford: Blackwell Publishers.
- COMRIE, Bernard. (1989). Causative Constructions. In_____.*Language Universals and Linguistic Typology*, pp. 165-184. The University of Chicago Press.
- DIXON, R. M. W. (1979). Ergativity. *Language* 55(1): 59-138.

- GILDEA, Spike (1998). *On Reconstructing Grammar: Comparative Cariban Morphosyntax*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (in press). Linguistic studies in the Cariban family. In Lyle Campbell; Verónica Grondona (eds.). *Handbook of South America Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- HALE, Kenneth.; KEYSER, Samuel Jay (1993). On Argument Structure and the Lexical Expression of Syntactic Relations. In Kenneth Hale; Samuel Jay Keyser (eds.) *The View From Building 20*, pp. 53-109. Cambridge, MA.: The MIT Press.
- KLAIMAN, M. H. (1992). Inverse Languages. *Lingua* 88(3/4): 227-261.
- MEIRA, Sérgio (2000). The accidental intransitive split in the Cariban family. In Spike Gildea (ed.). *Reconstructing Grammar: Comparative Linguistics and Grammaticalization Theory*, pp. 201-230. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- OTSUKA, Yuko (2006). Syntactic Ergativity in Tongan In A.Johns et al (eds.). *Ergativity. Studies in Natural Languages and Linguistic Theory*, pp. 79-107. Netherlands: Springer.
- PIKE, Kenneth (1947) *Phonemics: a technique for reducing languages to writing*. Ann Arbor: University Michigan Press.
- RAPOSO, Eduardo; URIAGEREKA, Juan (1996). Indefinite SE. *Natural Language and Linguistic Theory* 14: 749-810.
- WOOLFORD, Ellen.. (2007). Case Locality: pure domains and object shift. *Lingua* 117(9):1591-1616.

Antonio Almir Silva Gomes
PG/IEL/UNICAMP

Recebido: 23/8/2010
Revisto: 31/8/2010
Aceito: 9/9/2010.